

FH decide intervir na PM de Brasília

■ Presidente considera inaceitável invasão do Ministério do Planejamento por manifestantes e diz que houve falha no policiamento

ELIANA LUCENA E MÁRCIA GOMES

BRASÍLIA — O presidente Fernando Henrique Cardoso decidiu intervir na Polícia Militar do Distrito Federal para impedir novas invasões de prédios na Esplanada dos Ministérios. A decisão do presidente foi anunciada, ontem à noite, pelo ministro interino da Justiça, Milton Seligman. O ministro acusou o governo do Distrito Federal pela falha na segurança

que permitiu a invasão do prédio do Ministério do Planejamento, na manhã de ontem, pelos integrantes do 4º Grito da Terra. "A ameaça de invasão de prédios públicos estava em notas nos jornais, e nenhuma providência foi adotada", criticou.

O porta-voz da presidência da República, embaixador Sérgio Amaral, disse que a decisão foi tomada pelo presidente Fernando Henrique, ontem à tarde, depois de

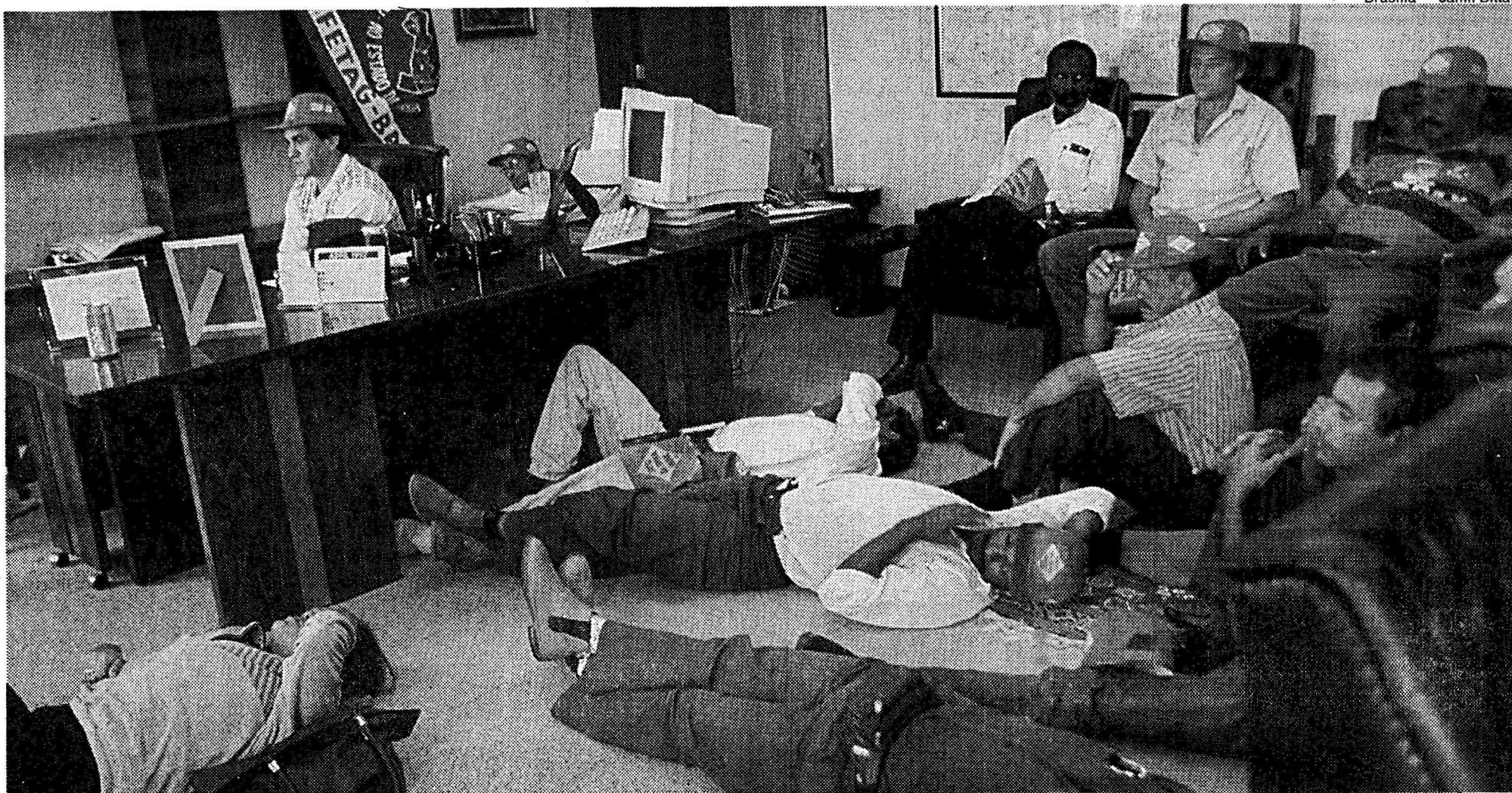
avaliar a invasão, liderada pela Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (Contag). O presidente, segundo Sérgio Amaral, considerou que houve "falha no policiamento preventivo" a cargo do governo do Distrito Federal.

"O presidente considera inaceitável, um ato de violência, a invasão que ocorreu no ministério do Planejamento. É uma falta de respeito", disse Sérgio Amaral. Segundo

ele, já ocorreram outras falhas de policiamento na Esplanada dos Ministérios, o que obriga o governo federal a intervir. A decisão foi tomada com base no Artigo 21, inciso 14 da Constituição Federal. Este artigo diz que compete à União "organizar a Polícia Militar do Distrito Federal".

O presidente conversou ontem sobre o assunto com o ministro Milton Seligman, o

ministro-chefe da Casa Civil, Clóvis Carvalho, e ouviu os relatos sobre a invasão no Ministério do Planejamento do próprio ministro Antônio Kandir. O governador do Distrito Federal, Cristóvan Buarque, também conversou com o presidente. Seligman não aceitou a justificativa do governador — de que a segurança não foi reforçada "porque não foi solicitada pelo governo federal".



Brasília — Jamil Bittar

Os 30 militantes que passaram o dia no gabinete de Kandir descansam depois de se divertirem com o peru, gritando que ele era o "Antônio Peru, o ministro que só tem papo"

NOTA DE KANDIR

O ministro do Planejamento, Antônio Kandir, divulgou ontem a seguinte nota oficial:

"Nas primeiras horas desta manhã (a manhã de ontem), o Ministério do Planejamento e Orçamento foi tomado à força por militantes do movimento Grito da Terra. Houve arrombamento da porta central do edifício, com quebra de vidraças, seguido de invasão de todas as dependências, incluindo áreas privativas, como o gabinete do ministro. Todos os funcionários do ministério tiveram assim cerceado seu acesso ao local de trabalho.

A atitude dos militantes agride as regras mais elementares da civilidade e da convivência democrática, além de configurar ato flagrantemente ilícito, passível de penalidades, na forma da lei. Nessa medida, merece o repúdio veemente não só do governo federal, mas de toda a sociedade brasileira.

Com mais razão ainda, em vista do fato de que o Ministério do Planejamento, por incumbência direta do presidente da República, vinha negociando de forma construtiva com as lideranças do movimento a pauta de reivindicações apresentada. Importa notar que:

■ desde o momento em que foi informado da intenção do Grito da Terra de vir a Brasília negociar uma pauta de reivindicações, o governo do presidente Fernando Henrique não só se prontificou a receber democraticamente as lideranças do movimento, senão que também tomou todas as providências preliminares para que as negociações atendessem o amplo espectro de questões levantadas e produzissem resultados concretos. Para tanto, sob a coordenação do Ministério do Planejamento e conforme acordo prévio com as lideranças da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura,

foram constituídos seis grupos interministeriais de trabalho, encarregados de examinar respectivamente as reivindicações referentes à política fundiária (reforma agrária); política agrícola; trabalho, emprego e renda; meio ambiente; justiça (violência no campo); e políticas sociais (educação, saúde e previdência);

■ quando da chegada do Grito da Terra a Brasília, na segunda-feira da semana passada, dia 5 de maio, foi estabelecido, de comum acordo entre as lideranças do Grito da Terra e o Ministério do Planejamento, um cronograma de reuniões executivas (...);

■ essas reuniões iniciaram-se na terça-feira, dia 6 de maio, e evoluíram de forma muito favorável (...). Em paralelo, lideranças do Grito da Terra foram recebidas em audiência por vários ministros de Estado, entre eles os da Justiça, Reforma Agrária e Trabalho;

■ no dia de ontem (anteontem), o ministro do

Planejamento recebeu (...) uma comissão do movimento Grito da Terra. Nessa oportunidade, o ministro Antônio Kandir antecipou às lideranças do movimento que cerca de 15 de suas reivindicações seriam atendidas, informando a expansão de 50% dos recursos do Pronaf, de R\$ 1 bilhão para R\$ 1,5 bilhão;

■ conforme acertado no cronograma de trabalho, entre hoje e amanhã (ontem e hoje), seriam realizadas reuniões executivas de fechamento do processo de negociação, com a deliberação final sobre todos os pontos da pauta.

A atitude dos militantes do Grito da Terra rompe assim, de modo unilateral e por meio ilegal e ilegítimo, o diálogo produtivo que vinha sendo travado entre as partes. (...) Em face da gravidade dos fatos, o governo tomou a iniciativa de requisitar abertura de inquérito policial." (...)